

REQUERIMENTO Nº , 2026

(Do Sr. Pedro Westphalen)

Requer a realização de audiência pública para debater os impactos da Resolução GECEX nº 852/2026 no custo de dispositivos médicos e na prestação de serviços de saúde no Brasil.

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Saúde, com o objetivo de debater os impactos da Resolução GECEX nº 852, de 2026, sobre o custo de dispositivos médicos e suas repercussões na prestação de serviços de saúde no País.

Para tanto, sugere-se a participação dos seguintes convidados:

- Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;
- Representante do Ministério da Saúde;
- Representante da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil;
- Representante da Associação Brasileira da Indústria de Dispositivos Médicos – ABIMO;
- Representante da Associação Brasileira da Indústria de Alta Tecnologia de Produtos para Saúde – ABIMED;
- Representante da Associação Nacional de Hospitais Privados – ANAHP;



- Representante da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas – CMB;
- Confederação Nacional de Saúde – CNSaúde;
- Federação Brasileira de Hospitais – FBH;
- Aliança Brasileira da Indústria Inovadora em Saúde (Abiis).

JUSTIFICAÇÃO

O setor de saúde manifesta crescente preocupação com alterações normativas recentes que, embora juridicamente fundamentadas, produzem efeitos econômicos potencialmente conflitantes com o princípio constitucional do acesso universal e igualitário à saúde. A redução de desonerações e o aumento de tarifas incidentes sobre dispositivos médicos podem comprometer a previsibilidade regulatória, a incorporação de tecnologias e a expansão sustentável dos serviços assistenciais.

A Lei Complementar nº 224/2025 reduziu em 10% as isenções tributárias aplicáveis a dispositivos médicos, elevando a carga fiscal sobre a produção e a importação desses insumos essenciais. A medida afeta diretamente produtos destinados a hospitais, clínicas, campanhas públicas e laboratórios, bem como tecnologias assistivas, como cadeiras de rodas e dispositivos ortopédicos. Além disso, a diminuição da desoneração federal pode repercutir sobre benefícios de ICMS concedidos pelos Estados, ampliando o impacto de custos e a insegurança jurídica das operações.

Paralelamente, a Resolução GECEX nº 852/2026 majorou alíquotas do imposto de importação de bens de capital e de informática e telecomunicações utilizados na área da saúde.



O aumento tarifário se soma à redução de incentivos tributários, gerando efeito cumulativo relevante sobre insumos e equipamentos, muito sem similar nacional, com potencial restrição ao acesso a tecnologias médicas avançadas.

Entre as consequências esperadas estão o aumento do custo de cirurgias, exames e tratamentos, especialmente de alta complexidade; pressão adicional sobre o orçamento do Sistema Único de Saúde, com risco de redução da oferta e ampliação de filas; e elevação de custos no setor privado, com possíveis reajustes de planos e migração de usuários para o sistema público.

Diante da relevância do tema para a sustentabilidade do sistema de saúde e para o acesso da população a tecnologias e tratamentos, torna-se essencial promover o diálogo entre governo, indústria e prestadores de serviços, de modo a avaliar impactos, esclarecer fundamentos e discutir alternativas que preservem o equilíbrio econômico e o direito à saúde.

Sala da Comissão, ____ de _____ de 2026.

Pedro Westphalen
Deputado Federal (PP/RS)

